

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023	
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE – CODISE	
Processo nº 431/2022	
SETOR	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CODISE - COLIC
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei nº 10.520/2002, ao Decreto Estadual nº 26.533 de 15 de outubro de 2009, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei complementar 147/2014, Lei Estadual 6.206 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Lei Estadual 7.996 de 23 de abril de 2015, bem como a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE, aprovado pelo Conselho de Administração da CODISE em 27/01/2019 e publicado em 13.08.2018, com vigência 13.08.2018 e ao Decreto Estadual nº 25.728 de 25/11/2008.
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para Seguro de Vida em Grupo, para os funcionários e empregados públicos da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe-CODISE, envolvendo as coberturas especificadas no Projeto Básico, Anexo I deste edital.
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 8:00 horas do dia 07 de março de 2023.	
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 20 de março de 2023 às 9:00 horas.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 20 de março de 2023 às 9:00 horas.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:	
http://www.comprasgovernamentais.gov.br e http:// www.codise.se.gov.br	
- PREGOEIRA: ANDRÉA FREIRE RESENDE	
- Endereço: Av. Empresário José Carlos Silva, nº 4444 – Distrito Industrial de Aracaju – CEP: 49030-640 – Aracaju/SE – Coordenadoria de Licitações e Contratos – COLIC/CODISE.	
OBSERVAÇÃO: O texto do Edital também estará disponível no endereço da CODISE acima citado, para consultas.	
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br	

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE - CODISE, através desta Pregoeira, designada pela **Portaria nº 29/2023**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e sistema eletrônico já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

1.2 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, no modo de disputa aberto, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE - CODISE, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para página eletrônica <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

1.3 Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, ao Decreto Estadual nº 26.533 de 15 de outubro de 2009, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei complementar 147/2014, Lei Estadual 6.206 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Lei Estadual 7.996 de 23 de abril de 2015, bem como a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE, aprovado pelo Conselho de Administração da CODISE em 27/01/2019 e publicado em 13.08.2018, com vigência a partir de 13.08.2018.

UASG: 927414

2. OBJETO

2.0 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para Seguro de Vida em Grupo, para os funcionários e empregados públicos da Companhia de Desenvolvimento

Econômico do Estado de Sergipe- CODISE, envolvendo as coberturas especificadas no Projeto Básico, Anexo I deste edital.

2.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CARACTERÍSTICAS, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

2.2 A licitação será feita em lote/grupo único, conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os Recursos financeiros para pagamento dos encargos decorrentes desta licitação, são provenientes da seguinte fonte de recursos:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL/ PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
19301	0011	22.122.0039	3.3.90	0101/0270

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1– Observado o prazo legal de até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão pedir esclarecimentos por e-mail andrea.resende@codise.se.gov.br, informando o número da licitação.

5. IMPUGNAÇÃO

5.1 Até **05 (cinco) dias úteis (art. 74 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODISE)** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico dirigindo a impugnação ao seguinte endereço: Av. Empresário José Carlos Silva, nº 4444, Distrito Industrial de Aracaju, CEP: 49030-640, Aracaju/SE, Coordenadoria de Licitações e Contratos da CODISE – COLIC/CODISE, ou por

Av. Empresário José Carlos Silva, Nº 4444, Distrito Industrial de Aracaju, Aracaju/SE, CEP 4900-640
CNPJ 13.146.642/0001-45 www.codise.se.gov.br
☎ (0xx79)3218-1000

e-mail andrea.resende@codise.se.gov.br.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 Também poderão participar do presente certame as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

6.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

6.2.2 Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária, impedimento de licitar e/ou contratar com a CODISE ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE.

a) O Pregoeiro para cumprimento do item acima deverá consultar o **CADFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Instituído pelo Decreto nº 24.912 de 20 de dezembro de 2007)**. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da empresa LICITANTE.

6.2.3 Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera da Administração Pública direta e indireta;

6.2.4 Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

6.2.5 Empresa ou entidade cujos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, sejam acionistas da CODISE, detentor de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, bem como dirigentes, empregados ou membros da sua Comissão Permanente de Licitações.

6.2.6 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016;

6.2.7 Com registro de inidoneidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas -

CEIS;

6.2.8 Que se enquadrem em um ou mais normativos dos arts. 64, 65 e 66 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE.

6.2.9 Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.0 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.0.1 Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.0.2 Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.0.3 Abrir as propostas de preços;

7.0.4 Analisar a aceitabilidade das propostas;

7.0.5 Desclassificar propostas indicando os motivos;

7.0.6 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.0.7 Realizar a negociação com o LICITANTE que oferecer o lance mais vantajoso para administração, para que seja obtida melhores condições;

7.0.8 Verificar a habilitação da PROPONENTE classificado em primeiro lugar;

7.0.9 Declarar a vencedora;

7.0.10 Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.0.11 Elaborar a ata da sessão;

7.0.12 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

7.0.13 Atender ao contido no art. 69 do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CODISE.

8. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

8.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar credenciados juntos ao site: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

8.1.1 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

8.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso e qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CODISE a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.3 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

9. PARTICIPAÇÃO

9.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

9.3 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no *site* **<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>**, observando data e horário limite estabelecidos.

9.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às LICITANTES para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos

realizados.

9.6 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9.7 O cadastramento da proposta no sistema de licitações eletrônicas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.8 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.9 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

9.10 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.11 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.12 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.13 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

9.14 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE

HABILITAÇÃO

10.1 A empresa arrematante deverá anexar ao sistema a Proposta de Preços digitalizada, contendo as especificações detalhadas do objeto, conforme Termo de Referência, bem como **TODA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA exigida neste edital e anexos, deverão ser acostados ao sistema antes da sessão de disputa**. Documentos complementares solicitados pelo pregoeiro, bem como a proposta reformulada, a empresa arrematante deverá incluir no sistema **no prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação do pregoeiro**.

10.1.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido no item 10.1, e deve ser formalmente aceita pelo Pregoeiro. O pedido deverá ser feito por e mail ao pregoeiro: andrea.resende@codise.se.gov.br ANTES DE TERMINAR O PRAZO DE 02(DUAS) HORAS.

A empresa arrematante, após anexar ao sistema a Proposta de Preços reformulada e toda a documentação habilitatória exigida no edital, incluindo anexos e, **CASO SEJA SOLICITADO PELO PREGOEIRO, observando o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da realização do Pregão ou da convocação**, deverá enviar a mesma documentação anexada ao sistema, através de postagem por SEDEX OU OUTRO MÉTODO DE ENTREGA RÁPIDA EQUIVALENTE, ou entregar na sede da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – Codise, na Coordenação de Licitações e Contratos, no endereço Av. Empresário José Carlos Silva, Nº 4444, Distrito Industrial de Aracaju, Aracaju/SE, CEP 49030-640, seja por via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgãos da Imprensa Oficial, sob pena de desclassificação.

10.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos, inclusive quanto a especificações do objeto. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

11.1.1 Propostas eletrônicas que não apresentem as informações definidas no item anterior serão desclassificadas;

11.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.3 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.4 - A proposta deverá ser encaminhada digitalmente, preferencialmente conforme o modelo indicado no anexo deste edital, e deverá conter:

11.4.1 O valor unitário mensal do prêmio, por empregado, diretor ou aprendiz em conformidade com as disposições do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e do ANEXO II (LISTA DOS EMPREGADOS DA CODISE), expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais, nele inclusos todos os tributos incidentes e o custo da apólice, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CODISE, seja a que título for;

11.4.2 Se for o caso, todas as propostas deverão contemplar o percentual de ICMS incluso no preço, e quando de fora de Sergipe, incluir também a diferença de alíquota interna e interestadual, tanto para empresas enquadradas na modalidade geral como optantes pelo simples nacional.

11.5 É facultado às licitantes substituírem suas propostas até o início da sessão do pregão eletrônico.

11.6 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as suas propostas e lances.

11.7 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do Pregão, que só estará concluída depois de declarado o vencedor e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.8 A Proposta de Preços ajustada, assinada e digitalizada pela Arrematante, contendo as especificações detalhadas do objeto, deverá ser enviada, atualizada em conformidade com o último lance ofertado, ou após o término da negociação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento da etapa de lances, por convocação do(a) Pregoeiro(a) pelo Sistema Eletrônico.

11.9 Se a ARREMATANTE não atender o disposto acima, além de ser desclassificada, estará sujeito às penalidades previstas no edital e no REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CODISE, bem como no Item 27.

11.10 Na composição da proposta de preços deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto, envolvendo, dentre outras despesas, tributos de qualquer natureza, impostos, taxas, transportes, seguro, encargos sociais, direitos trabalhistas e previdenciários.

11.6.1 Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser prestado sem ônus adicional à CODISE.

11.11 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na proposta final escrita após a etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.12 A proposta final escrita, a ser apresentada pelo arrematante do lote/grupo, deverá conter o valor mensal, anual, valor das coberturas, em algarismos e por extenso, por extenso.

11.13 A proposta final escrita de preços deverá estar adequada ao valor do último lance ofertado, contendo, no máximo, duas casas decimais.

11.14 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, desde que o valor total resulte igual ou inferior ao preço arrematado ao final da sessão de disputa de lances; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.15 A proposta final escrita deverá conter descrição detalhada do objeto ofertado, com detalhamento de todos os elementos que influenciam no custo operacional.

11.16 A optante pelo Simples Nacional, contratada para execução de objeto contratual que acarrete sua vedação à permanência no regime especial de arrecadação, deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil tempestivamente (arts. 17, XII, 30, II, e 31, II, da Lei Complementar nº 123).

11.17 A proposta da empresa deverá ser compatível com a futura tributação, dada a necessária exclusão do regime especial de arrecadação (Acórdão TCU n. 2798/2010).

11.11 Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a arrematante deverá arcar com o ônus decorrente do erro, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Pregão.

11.18 O disposto no item anterior aplica-se ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos como quantitativos de vale-transporte.

11.19 Na preparação de sua proposta comercial, o licitante deverá consignar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e site indicados neste Edital.

12.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

12.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez reais)

12.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

12.16.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

12.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.21 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.21.1 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.26 Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

12.27 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.28 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.29 A disputa será pelo valor estimado anual, conforme o número estimado de vidas a serem seguradas.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

13.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

13.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

13.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de não aceitação da proposta.

13.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.11.1 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1819:1:116034438451136>);

14.1.5 Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CADFIMP (<http://www.comprasnet.se.gov.br/cadfimp>)

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.8 O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

14.8.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

14.8.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das ME/EPP, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações posteriores.

14.9 Os **licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, além do nível de credenciamento exigido, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica** e à **Regularidade Fiscal e trabalhista**:

14.10 Da Habilitação Jurídica:

14.10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.10.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.10.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

14.10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.10.6 Neste pregão é vedada a participação de cooperativas, vez que pela natureza dos serviços a serem contratados e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, há necessidade de relação de subordinação jurídica entre a licitante e a mão de obra a ser contratada, bem pessoalidade e habitualidade na relação de trabalho, conforme determina a Súmula 281 do TCU: *“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”*

14.10.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.10.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

14.11 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

14.11.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.11.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e

à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.11.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.11.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.11.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.11.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

14.11.7 certidão de regularidade de situação para com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

14.11.8 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.11.9 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.12 Da Qualificação-Econômico - Financeira:

14.12.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 dias que anteceder a abertura da licitação;

14.12.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício já legalmente exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observado as seguintes regras:

14.12.2.1 Para sociedades anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial.

14.12.2.2 Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o balanço patrimonial e a demonstração do último exercício social exigível por lei, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial.

14.12.2.3 Para as empresas constituídas há menos de um ano, será exigido apenas o Balanço de Abertura e Demonstrações Contábeis, na forma da lei.

14.12.3 A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultante da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.12.4 Somente serão consideradas habilitadas as empresas que obtiverem, nos índices acima, resultados maiores do que 1,00 (um). Dos índices constarão apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais.

14.12.5 Os índices acima deverão ser demonstrados (anexar memória de cálculo) pela licitante e assinado por profissional de contabilidade, constando o n.º de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

14.12.6 Comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da futura contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

14.12.7 O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por profissional de contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e ainda anexar o Certificado de Regularidade do Profissional de Contabilidade junto ao CRC e cópia da Carteira de Habilitação Profissional com Foto.

14.13 Qualificação Técnica:

14.13.1 A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento, pertinente e compatível com o objeto da licitação, no quantitativo mínimo de 50% do número estimado de vidas a ser segurado.

14.13.2 Certidão de regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos.

14.13.3 Certidão de regularidade, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

14.13.4. Portaria, publicada em Diário Oficial, ou Atestado, expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a fim de comprovar que a licitante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinentes ao objeto do certame, conforme descrito no Projeto Básico/Termo de Referência.

14.13.5 Além de todos os documentos informados anteriormente, a licitante também deverá apresentar:

14.13.6 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

14.13.6 Declaração de Aceitação e Conhecimento – Anexo II;

14.13.7 Declaração de inexistência de fato impeditivo – Anexo III; e

14.13.8 A LICITANTE deverá indicar formalmente, o nome e CPF da pessoa que assinará o Contrato, bem como a conta bancária em que os pagamentos deverão ser efetuados.

14.13.9 **Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente na data da sessão pública de disputa de preços, mesmo que a LICITANTE venha a ser convocada em data posterior**, sendo considerado o consignado em cada Certidão. No caso de não consignação do prazo de sua validade, esse será de 90 (noventa) dias.

14.13.10 Sugere-se que as cópias apresentadas já venham autenticadas por cartório, com vistas à agilidade dos procedimentos de análise da documentação.

14.13.11 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da LICITANTE, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

14.13.12 A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da LICITANTE, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

14.13.13 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da LICITANTE, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa LICITANTE. **Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial, a não ser os autorizados por lei.**

14.13.14 A LICITANTE que apresentar documentação em desacordo com o solicitado neste edital e anexos será **INABILITADA**.

15. DOS RECURSOS

15.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, sob pena de não ser reconhecido o recurso.

15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 05(cinco) úteis dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 05 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

15.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail é facultativa e dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor a ser contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

18.2 A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Tesouraria da Codise, até a data da assinatura do contrato.

18.2 A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.

18.4 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

18.5 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codise, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codise.

18.6 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma que prevê a legislação.

18.7 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

18.8 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codise.

18.9 A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

18.10 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19. DO TERMO DE CONTRATO

19.1 Após a homologação da licitação será firmado Termo de Contrato.

19.2 O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a CODISE poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela CODISE.

19.5 O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável, conforme art. 71 da Lei nº 13.303/16.

19.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. Os SERVIÇOS deverão serão prestados conforme Termo de Referência, Anexo I, deste edital.

21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 O preço total para a contratação dos serviços objeto deste Contrato é de R\$
(.....), que será pago de acordo com o total de segurados, multiplicado pelo preço *per capita* de R\$(.....reais).

21.2 O pagamento será realizado mensalmente pela CODISE à Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal e Fatura.

21.3 O pagamento referente aos Beneficiários incluídos durante a vigência do Contrato a ser celebrado, dar-se-á no mês subsequente à sua inclusão, sem incidência de juros ou correção e apenas quanto ao número de dias a que o Beneficiário esteve coberto pelo plano.

21.4 O pagamento dar-se-á por meio de depósito em conta corrente da Contratada, após o atesto do Serviço Social da CODISE, através de Fiscal/Gestor do Contrato designado(s) para tanto, mediante a apresentação, pela Contratada, dos seguintes documentos:

a) Nota fiscal, que deverá ser preenchida com estas informações: natureza do serviço prestado, especificação dos serviços realizados, período de realização dos serviços, preço total, com a dedução dos impostos devidos, banco, nº da agência e conta corrente da Contratada;

b) Certificado de Regularidade de Contribuinte - CRC, para com o FGTS e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) RANFS (Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço) para fornecedor de serviço com sede fora de Aracaju/SE.

21.5 É indispensável mencionar o número do contrato em toda a documentação referente ao pagamento do objeto contratado.

21.6 O objeto deste edital será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

21.8 O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto.

21.9 Após o período de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação do prazo inicialmente pactuado, o preço poderá ser reajustado de acordo com a variação integral do IPCA ou qualquer outro índice oficial substitutivo.

21.10 A Nota Fiscal em desacordo com o exigido não será paga até que a Contratada providencie

sua correção ou substituição, não ocorrendo neste caso, qualquer alteração no valor a ser pago pelo CODISE.

21.11 Quando a contratada prestar informações bancárias incorretas que impossibilitem a realização do pagamento, a CODISE descontará do valor do mesmo as despesas que venha a ter em virtude do erro.

21.12 A CODISE não efetuará o pagamento de fatura ou duplicata que tenha sido colocada em cobrança ou descontada em banco, e não se responsabilizará pelo pagamento de parcelas contratuais operadas pela contratada junto à rede bancária.

21.13 Se a empresa Contratada for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à fatura, declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa, situação em que não incidirá a retenção dos impostos.

21.14 Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CODISE.

21.15 A CODISE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22 DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO DO CONTRATO

22.1 O contrato poderá ser reajustado para manter o equilíbrio econômico financeiro de acordo com o art. 81, § 6º da Lei 13.303/2016 e art. 113, inciso VI do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta da contratada, utilizando com o índice o IPC-A, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

22.2 O reajuste a que a contratada fizer jus deverá ser solicitado até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito, conforme Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário e IN SLTI/MPOG n.º 02/2008.

22.3 Nos casos em que houver possibilidade de prorrogação do contrato, a Administração poderá aditar com o contratante, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas.

22.4 A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 13.303/16.

23.2 Disponibilizar instalações sanitárias.

23.3 Realizar os pagamentos tempestivamente, desde que a contratada apresente a documentação necessária nas condições pactuadas.

23.4 Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

23.5 Proceder à vistoria no local onde o serviço está sendo realizado por meio de fiscalização, anotando as ocorrências em livro próprio, dando ciência à contratada e determinando sua regularização.

23.6 Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

23.7 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

23.8 Em consonância com princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade ao contratar empresas prestadoras de serviços, não permita o direcionamento e/ou indicação por parte de servidores, de pessoas em especial parentes, para trabalharem nessas empresas () – TCU – Acórdão 95/2005 Plenário.

23.9 Cumprir as determinações constantes no Termo de Ajuste de Conduta nº 22/2021 firmado entre a Codise e o Ministério Público do Trabalho.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1A CONTRATADA fará jus ao integral recebimento pelos serviços prestados, desde que haja nos exatos termos do Edital do certame que se sagrou vencedora, devendo:

24.1.1 Assumir total responsabilidade por quaisquer danos que venha a causar, por culpa ou dolo de seus colaboradores, à CODISE ou terceiros, mesmo em caso de fiscalização ou omissão da contratante.

24.1.2 Responsabilizar-se por todos os custos e despesas necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais ora assumidas, tanto de natureza operacional quanto legal (tributária, trabalhista, previdenciária etc.).

24.1.3 Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes desta contratação a terceiros.

24.1.4 A CONTRATADA deverá manter pelo prazo contratual todas as condições de regularidade exigidas em licitação, bem como cumprir fielmente suas obrigações contratuais, nos exatos termos do edital licitatório.

24.2 A CONTRATADA está ciente de que as comunicações, solicitações, notificações ou intenções de aplicação de penalidades enviadas pela CODISE ao endereço de e-mail declarado em sua qualificação serão consideradas como efetivamente entregues, independente de aviso de recebimento, contando para todos os fins de direito.

24.4 A empresa contratada deverá obrigatoriamente se credenciar junto à SEAD – Secretaria de Estado da Administração do Estado de Sergipe, anexando os documentos habilitatórios solicitados no Edital da Licitação, sob pena de rescisão contratual.

25. **SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

25.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

25.2 Será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

28.1 A CONTRATADA pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a prévia defesa da CONTRATADA no prazo de 10 (dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas no REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CODISE e na Lei 13.303/2016:

28.1.1 Advertência;

28.1.2 Multa moratória;

28.1.3 Multa compensatória;

28.1.4 Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a CODISE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

28.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

28.3 As sanções constantes no subitem 24.0 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

28.4 Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo

de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

28.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;

28.5.1 Não manter proposta, injustificadamente;

28.5.2 Comportar-se de modo inidôneo;

28.5.3 Fizer declaração falsa;

28.5.4 Cometer fraude fiscal;

28.5.5 Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

28.6 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 126 do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CODISE.

28.7 As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela CODISE com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

28.8 A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da CODISE, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não.

28.9 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, a vista do subitem 13.4.6, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor

máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente 5% do valor total do contrato;

V No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 20% sobre o valor da parcela não executada;

VI No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% sobre o saldo remanescente do contrato;

VII Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

28.10 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a CODISE descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a CODISE executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

28.11 A CODISE poderá quando do não pagamento da multa pela CONTRATADA, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODISE, por até 02 (dois) anos;

28.12 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODISE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 126 do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CODISE.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a CODISE revogá-

la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

29.2 As PROPONENTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CODISE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.3 Da contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na CODISE.

29.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo de- corrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

29.5 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.6 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da PROPONENTE, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

29.7 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.8 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas as PROPONENTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

29.9 A participação das PROPONENTES nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

29.10 Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos LICITANTES do pregão eletrônico.

29.11 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

29.11.1 A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta CLÁUSULA, no que lhe couber, não transfere à CODISE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

29.12 A CONTRATADA deverá cumprir, além do estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho, as regulamentações e instruções do TERMO DE REFERÊNCIA estabelecidas por esta Companhia;

29.13 As PROPONENTES obrigam-se a elaborar suas propostas, em estrita obediência as especificações descritas no projeto básico, elemento integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato.

29.14 Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vínculo empregatício com a CODISE, e nenhuma subordinação aos gestores da CODISE.

29.15 Não será permitido à CONTRATADA, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar ou transferir a execução dos serviços objeto do Contrato.

29.16 Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

29.17 Constitui parte integrante deste edital:

Anexo I - PROJETO BÁSICO;
Anexo II – PROPOSTA DE PREÇO;
Anexo III-DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO;
Anexo IV – DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO;
Anexo V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
Anexo VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
Anexo VII – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR;
Anexo VIII – MINUTA DE CONTRATO;

Este Edital foi concebido em conformidade com o Projeto Básico elaborado pela servidora Selma Maria Prado Santos Silva- CODISE, aprovado pelo Diretor Presidente *RONALDO BOTELHO GUIMARÃES*.

Aracaju/SE, 09 de fevereiro de 2023.

Andréa Freire Resende

Pregoeira

ANEXO I - PROJETO BÁSICO SEGURO EM GRUPO

-Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, destinado aos empregados, diretores e empregado público em comissão da CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CNPJ nº 13.146.6420001/45, situada na Avenida José Carlos Silva, nº 4444 – Bairro Inácio Barbosa – Aracaju/Sergipe.

- Justificativa e objetivos da contratação

Assegurar o cumprimento do acordado constante no Regulamento de Pessoal no seu artigo 163, art. 106-E e Resolução 9/2021 de 23 de março de 2021.

O grupo segurado atualmente com 123 (cento e vinte e três) vidas entre empregados, empregados aposentados (em qualquer condição), empregados em Auxílio-doença, diretores, cargo comissionado e emprego público que será transferido, automaticamente, independente de idade.

Após trinta dias de implantação do Seguro as novas adesões o limite de idade será de até 65 (sessenta e cinco) anos.

- Coberturas e Garantias

- Seguro Reversível- Participação Automática do cônjuge

- Garantias para o seguro em Grupo – Reversível em todas as coberturas para o cônjuge.

Básica: pagamento ao valor garantido aos favorecidos do participante caso este venha a morrer- 40.000,00 (quarenta mil reais)

Garantia adicional: Indenização especial de morte por acidente – IEA – reversível. 40.000,00 (quarenta mil reais)

Invalidez Funcional total por doença – 40.000,00 (quarenta mil reais)

Invalidez permanente por Acidente – IPA – 40.000,00 (quarenta mil reais)

Cobertura do funeral no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Auxílio-funeral

Sepultamento ou Cremação

Locação de jazigo

Translado/Repatriamento do Corpo

Urna ou caixão com ornamento

Velório

Registro de óbito

Carro funeral

Decesso familiar

- Obrigações da Contratante

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da sua proposta.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais irregularidades constadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade legislação vigente.
- Fornecer a Contratada todos os dados necessários à completa execução dos serviços, solicitando quando necessário inclusão imediata de novos segurados, bem como comunicar a exclusão de segurados, que deverão ser encaminhadas à Contratada.
- Relacionar os beneficiários quando da assinatura do Contrato e nas inclusões posteriores, constando todas as informações necessárias para fins de cadastramento.

- Obrigações da Contratada

- Executar os serviços conforme especificações deste projeto Básico e de sua proposta.
- A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços os seguintes documentos: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal.
- Prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar à Contratante, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- Controle e fiscalização da execução

- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos pelo DIREC/DAF da Codise, através da funcionária Selma Prado – e-mail selma.prado@codise.se.gov.br e tel: 79- 3218-1098/1069.
- A verificação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidades ainda que resultante de imperfeições técnicas, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a legislação.

- Do Pagamento

- O pagamento será realizado mensalmente pela CODISE à Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal e Fatura.
- A Nota Fiscal e Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço conforme este Projeto Básico.
- O período de faturamento dos serviços será contado do primeiro ao último dia de cada mês, considerando-se o mês comercial de 30 (trinta) dias.
- A Nota Fiscal ou Fatura emitida pela Contratada deverá conter descrição sucinta dos serviços, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade.
- A Nota Fiscal e Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

- Reajuste

- O contrato poderá ser reajustado para manter o equilíbrio econômico financeiro de acordo com o artigo 81, § 6º da Lei 13.303/2016 e artigo 113, inciso VI do Regulamento interno de Licitações e Contratos da CODISE, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contando da data da apresentação da proposta da contratada, utilizando com o índice o IPC-A, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.
- Os reajustes a que a contratada fizer jus deverão ser solicitadas até a data de prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito, conforme Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/ Plenário e IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

- Do Prazo Contratual

- O Contrato terá a vigência de 36 (trinta e seis) meses podendo ser renovado dentro do limite

legal.

- Disposições Gerais

- O pagamento da fatura mensal será de responsabilidade da CODISE,
- O número atual de empregado segurado é de 123 (cento e vinte e três) vidas.
- A empresa contratada deverá obrigatoriamente se credenciar junto à SEAD – Secretaria de Estado da Administração do Estado de Sergipe, anexando os documentos habilitatórios solicitados no Edital da Licitação, sob pena de rescisão contratual.

Aracaju, 03 de novembro de 2022.

SELMA MARIA PRADO SANTOS SILVA

RELAÇÃO ATUAL DOS USUÁRIOS DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

RELAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Nº	NOME		NASCIMENTO
1	ACACIA MARIA SANTOS DA MOTA		17/06/1954
2	ADELINA AMÉLIA VIEIRA L DE BRITO		08/07/1955
3	ADILMA BENICIO BASTOS LIMA		01/07/1945
4	ADOLFO FONTES GOIS FILHO		27/03/1953
5	ADRIANA PINTO FREIRE		10/09/1963
6	AIRTON CORREIA DE CERQUEIRA		03/10/1959
7	ALVARO AZEVEDO SANTANA SOBRINHO		22/01/1956
8	ANA GENI PAES FREITAS		08/09/1949
9	ANGELA MARIA FREIRE TELES		17/04/1954
10	ANTÔNIO ABREU ARAÚJO		30/08/1950
11	ANTÔNIO NUNES		28/12/1952
12	ARACI DO NASCIMENTO		05/07/1954
13	BEATRIZ DO VALE DOURADO WANDERLEY		22/05/1954
14	BRADSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA		27/12/1971
15	CARLOS ALBERTO NUNES VASCONCELOS		29/03/1964
16	CARLOS EDUARDO DANTAS TRINDADE		18/09/1956
17	CARLOS MAGNO PODEROSO DE MELO		04/05/1962
18	CELSON WILSON SILVA SANTOS		16/04/1957
19	CERZIO SANTANA		18/07/1954
20	CLAUDIO NEY FREITAS		24/09/1946
21	CORNÉLIO LIMA DE GOIS		17/02/1961
22	DANIEL FABRICIO COSTA JUNIOR		25/05/1964
23	DAYSE ARAÚJO FIGUEIREDO DE GOIS		30/05/1969
24	DÉCIO GARCEZ VIEIRA FILHO		10/08/1946
25	DELMAR DE ANDRADE SANTOS		30/08/1962
26	DILMA PEREIRA DA SILVA		01/10/1953
27	DINARTE INÁCIO JUNIOR		11/12/1958
28	DIVONETE MARIA DE JESUS		10/03/1956
29	EDILENE CARDOSO DOS SANTOS		15/01/1961
30	EDINALVA FONTES DA SILVA		11/12/1955
31	ELIAN LEITE SERRA		10/03/1960
32	ELIANA VALOIS TAVARES		23/09/1958
33	ELIANA AMADO		23/01/1966

34	ELIZABETH CAVALCANTE MAIA CORREIA	11/09/1953
35	ELIZABETE SILVEIRA SOVBRAL	11/06/1958
36	ELIZEU SEVERINO DANTAS	11/11/1952
37	ENOS NUNES DE OLIVEIRA	19/09/1958
38	EUGÊNIA MARIA SILVEIRA SOBRAL SILVA	13/02/1964
39	EWERTON VALADÃO FILHO	27/03/1959
40	FAUSTO SOBRAL NETO	05/12/1956
41	FLÁVIO CESAR CARVALHO MENEZES	11/12/1977
42	FERNANDES PINTO DA COSTA	11/12/1961
43	FRANCISCO RAMOS DOS REIS NETO	21/07/1966
44	GILEILSON ACIOLE DO NASCIMENTO	06/01/1957
45	GUSTAVO ZAMBRANA CAMPO VERVE	19/10/1947
46	HUMBERTO SILVA AVILA	13/01/1962
47	ISA FERREIRA MELO SANTANA	17/07/1961
48	IZABELA VASCONCELOS ANTUNES DE SOUZA	25/01/1982
49	JADSON DIAS CORREIA	24/03/1964
50	JANETE CEZAR PRADO	15/03/1957
51	JOÃO BATISTA DE SOUZA NETO	08/12/1954
52	JOHELINO MAGALÃES NASCIMENTO	02/06/1951
53	JOILTON MESSIAS DE ARAÚJO	11/07/1957
54	JONAS SANTOS DE ARAÚJO	22/04/1962
55	JONZAS BISPO DOS SANTOS	06/02/1950
56	JOSANETE BATISTA GONZAGA	09/11/1962
57	JOSÉ ALBERTO GONZALES CASTANEDA	15/04/1955
58	JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS SANTOS	01/09/1958
59	JOSÉ AROALDO ALVES VASCONCELOS	18/08/1951
60	JOSÉ CAETANO DE MENESES FILHO	19/08/1970
61	JOSÉ CARLOS DE CASTRO	22/03/1951
62	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	11/03/1958
63	JOSÉ CARLOS GOMES SANTOS	08/07/1958
64	JOSÉ CARLOS MACHADO FERREIRA	18/09/1942
65	JOSÉ LUIS LOBO DE RIVAS	16/04/1963
66	JOSÉ MATOS LIMA FILHO	23/07/1969
67	JOSÉ RAIMUNDO DE MELO	26/09/1952
68	JOSÉ SERGIO DE AGUIAR ROCHA	21/01/1955
69	JUCILEIDE ANSELMO DOS SANTOS BLINOFI	20/04/1970
70	KATIA SIMONE MENEZES OLIVEIRA	24/12/1976
71	LIANA FRAGA DE ANDRADE	30/07/1953

72	LOURDES ELINE SANTOS MOURA	16.01/1967
73	LÚCIA MARIA DA SIILVA	11/01/1951
74	LUIZ MÁRIO DA SILVA JUNIOR	17/05/1954
75	MARA RÚBIA REIS FERREIRA	13/09/1952
76	MADIANE FONSECA OCEA ROCHA	07/04/1988
77	MADJA VIANA DOS SANTOS	10/07/1955
78	MARCIO FARIAS BARRETO	26/04/1972
79	MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA MENEZES	19/07/1968
80	MÁRCIA MORAES DE MENEZES	10/06/1964
81	MARIA APARECIDA SILVA BARBOSA	05/10/1961
82	MARIA CLEIDE HENRIQUES ROCHA	25/06/1959
83	MARIA CREUZA CORREIA LIMA	30/08/1940
84	MARIA DE LOURDES TORJAL DANTAS SANTOS	01/04/1956
85	MARIA DILMA REZENDE SILVA	06/07/1953
86	MARIA DE FATIMA SIMPLICIO ALCANTARA	15/10/1961
87	MARIA FRANCISCA DE SOUSA BARROS	04/02/1956
88	MARIA GRACIETE MACEDO	01/11/1962
89	MARIA INÊZ BOMFIM DE SANTANBA	04/01/1963
90	MARIA IZABELA COSTA DE SOUZA ROLLEMBERG	19/03/1982
91	MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO	30/01/1952
92	MARIA JOSÉ MARQUES DE SOUZA NOGUEIRA	13/01/1945
93	MARIA LETICIA LIMA MACHADO FERREIRA	25/11/1946
94	MARIA LÚCIA MARQUES CRUZ E SILVA	07/03/1950
95	MARIA RENILDA DE SÁ SANTOS	10/10/1954
96	MARIA VIEIRA MATOS	27/11/1956
97	MARLUCE CAVALCANTE DA SILVA	29/06/1963
98	NAIANA DA SILVA LIMA	10/09/1985
99	NELSON PEREIRA SOBRAL FILHO	17/11/1961
100	NORTON LACERDA SILVA	17/06/1978
101	ODALICIO CARLOS DOS SANTOS JUNIOR	15/12/1966
102	ODALINEIDE CARVALHO SANTOS OLIVEIRA	21/04/1970
103	OSAEL BARRETO FONTES SOBRINHO	13/09/1959
104	PAULO MAURICIO DA SILVA	22/02/1951
105	PAULO ROBERTO BARROSO DE OLIVEIRA	10/02/1957
106	PEDRO OLIVEIRA MENEZES	29/06/1957
107	RITA DE CASSIA CARVALHO ARAÚJO	04/10/1966
108	ROGÉRIO REGINATO NUNES	05/12/1952
109	SACUNTALA MARIA SANTOS GUIMARÃES	23/04/1957

110	SANDRA MARIA DE CARVALHO	16/04/1959
111	SARAH IARA DA SILVA ANDRADE	07/09/1988
112	SELMA MARIA PRADO SANTOS SILVA	10/11/1963
113	SELMO ALVES RIBEIRO	02/11/1957
114	SILOANE ROCHA LIMA	20/07/1964
115	SIMONE MARIA CAHINO PEREIRA	29/07/1961
116	SUELY CORTES DE OLIVEIRA GUIDICE	01/12/1964
117	TÂNIA CRISTINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA MELO	23/10/1969
118	VALDIRA ARAÚJO FONTES MENEZES	26/06/1950
119	VICENTE FERREIRA DE ARAÚJO	21/09/1970
120	VILDO RODRIGUES BARRETO	25/05/1954
121	WALDOILSON SANTOS LEITE	01/04/1967
122	WALTER CASTRO DOS SANTOS JUNIOR	21/08/1983
123	WELITON PEREIRA DOS SANTOS	22/09/1953

ANEXO II- PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores: A empresa _____, com endereço na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, (UF), telefone para contato (DDD) _____, e-mail: _____, neste ato representada pelo seu (sócio/diretor/proprietário), _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual nº _____ e Inscrição Municipal nº _____, tendo examinado minuciosamente o Edital em epígrafe e seus Anexos e, com o conhecimento das condições estabelecidas, reconhecendo a inexistência de fato impeditivo, formula a seguinte PROPOSTA:

LOTE/GRUPO 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	NÚMERO ESTIMADO DE VIDAS	VALOR POR VIDA SEGURADA	VALOR ESTIMADO TOTAL MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, destinado aos empregados, diretores e empregado público em comissão da CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CNPJ nº 13.146.6420001/45, situada na Avenida José Carlos Silva, nº	123			

	4444 – Bairro Inácio Barbosa – Aracaju/Sergipe				
VALOR ESTIMADO					

VALORES DOS PRÊMIOS

Seguro Reversível- Participação Automática do cônjuge

- Garantias para o seguro em Grupo – Reversível em todas as coberturas para o cônjuge.

Básica: pagamento ao valor garantido aos favorecidos do participante caso este venha a morrer- 40.000,00 (quarenta mil reais)

Garantia adicional: Indenização especial de morte por acidente – IEA – reversível. 40.000,00 (quarenta mil reais)

Invalidez Funcional total por doença – 40.000,00 (quarenta mil reais)

Invalidez permanente por Acidente – IPA – 40.000,00 (quarenta mil reais)

Cobertura do funeral no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

1 - Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação do fornecimento do objeto licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão-de-obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, veículos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o fornecimento, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas;

2 - Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

3– Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela CODISE, seja qual for o motivo.

4- O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2022.

5 - Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive da Pregoeira, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

6- Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____, Agência nº _____, Banco _____.

7- Declaro responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes desta Contratação;

8- O procurador da empresa, cujo CNPJ é _____, que assinará o Contrato, é o(a) Sr(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (identidade), (CPF), (endereço), (telefones) e (e-mail).

Local, ____ de _____ de _____

Nome da Empresa Nome do **Representante Legal**

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE - CODISE
ARACAJU – SERGIPE**

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – CODISE (COLIC)**

Prezados Senhores

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sa., nossa Proposta relativa ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2023 em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma.

Em tempo, manifestamos nossa expressa aceitação das condições do referido PREGÃO ELETRÔNICO e com a emissão de Notas Fiscais e Fatura diretamente à CODISE.

A validade desta Proposta é de **90 (noventa) dias**.

Atenciosamente,

Aracaju/SE, ____/____/2023.

Assinatura do Responsável da Licitante (sócio administrador ou procurador mediante apresentação do instrumento).

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE – CODISE,

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – CODISE (COLIC)**

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para Seguro de Vida em Grupo, para os funcionários e empregados públicos da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe- CODISE, envolvendo as coberturas especificadas no Anexo I deste edital.

Em atendimento à determinação do Edital, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo da habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Assinatura do Responsável da Licitante

(sócio administrador ou procurador mediante apresentação do instrumento).

**ANEXO V– DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 CODISE (COLIC)**

Ainscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade
nº.....e inscrito no CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no subitem
.....do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que esta empresa, na
presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123,
de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

OBS.: Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Representante Legal/Sócio Administrador da Empresa/CNPJ/endereço/contato/e-mail



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO
MENOR

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – CODISE (COLIC)**

.....(QUALIFICAR A EMPRESA),
 inscrita no CNPJ/MF sob Nº....., por intermédio de seu representante
 legal o Sr., portador da Carteira de Identidade
 nº.....e inscrito no CPF sob o nº....., **DECLARA**, para fins do
 disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88, acrescido pela Lei nº 9.854, de
 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso
 ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:

Emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM () OU NÃO ().

Representante Legal/Sócio Administrador da Empresa/CNPJ/endereço/contato/e-mail



ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2023

Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem a
**COMPANHIA DEDESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DE SERGIPE - CODISE e a empresa
XXXXXXX** na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular a **COMPANHIA DEDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE - CODISE**, pessoa jurídica de direito privado organizada sob a forma de Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPF/MF sob o nº 13.146.642/0001-45, com sede à Avenida Empresário José Carlos Silva, nº 4444, D.I.A., Aracaju/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Diretor Presidente **JOSÉ MATOS LIMA FILHO**, e seu Diretor Administrativo e Financeiro, **GILDO DE SOUZA XAVIER NETO**, e a empresa **XXXXXXX** com sede XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu Representante Legal o XXXXX, inscrito com RG nº XXXX SSP/SP e CPF nº XXXXX, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, oriundo da licitação sob modalidade de **Pregão Eletrônico**, nos termos e condições do Edital nº XXXX, cujo resultado foi homologado e publicado no DOE em XXXXXX pelo Diretor- Presidente, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 10.520/2002 e sua legislação suplementar, à Lei nº 13.303/16 e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE e nas **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES** a seguir delineadas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Este instrumento contratual tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de vida em grupo e outros para os funcionários da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe- CODISE, envolvendo as coberturas especificadas na Cláusula V.

CLÁUSULA II – ELEMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

Integram este contrato para todos os fins:

Av. Empresário José Carlos Silva, Nº 4444, Distrito Industrial de Aracaju, Aracaju/SE, CEP 4900-640
CNPJ 13.146.642/0001-45 www.codise.se.gov.br
☎ (0xx79)3218-1000



- a) Edital do PE n° e anexos;
- b) Proposta da Contratada;
- c) Relação dos funcionários com data de nascimento;
- d) Parecer Jurídico n°

CLÁUSULA III – APOSENTADOS

Poderão participar do seguro aposentados, desde que o motivo da aposentadoria não tenha sido o de invalidez funcional por doença (IFPD), quando contratada.

CLÁUSULA IV – LIMITE DE IDADE

O grupo segurado atualmente será transferido, automaticamente, independente de idade. Após trinta dias de implantação do Seguro as novas adesões serão permitidas o limite de idade de até 65 (sessenta e cinco) anos.

CLÁUSULA V – GARANTIAS PARA O SEGURO EM GRUPO

Parágrafo primeiro: As garantias abaixo descritas obedecerão as Condições Gerais que farão parte integrante da apólice.

- a) Seguro Reversível- Participação Automática do cônjuge
- b) Garantias para o seguro em Grupo – Reversível em todas as coberturas para o cônjuge.
- c) Básica: pagamento ao valor garantido aos favorecidos do participante caso este venha a morrer.- 40.000,00 (quarenta mil reais)
- d) Garantia adicional: Indenização especial de morte por acidente – IEA – reversível. 40.000,00 (quarenta mil reais)
- e) Invalidez Funcional total por doença – 40.000,00 (quarenta mil reais)
- f) Invalidez permanente por Acidente – IPA – 40.000,00 (quarenta mil reais)
- g) Cobertura do funeral no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Parágrafo segundo: O Auxílio-funeral funeral, além do item g, englobará:

- a) Sepultamento ou Cremação
- b) Locação de jazigo
- c) Translado/Repatriamento do Corpo
- d) Urna ou caixão com ornamento
- e) Velório
- f) Registro de óbito



- g) Carro funeral;
- h) Decesso familiar.

CLÁUSULA VII – VALOR GARANTIDO

COBERTURAS	TITULAR	CÔNJUGE
MORTE	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
INDENIZAÇÃO ESPECIAL POR MORTE ACIDENTE -IEA	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
INVALIDEZ FUNCIONAL TOTAL POR DOENÇA	R\$ 40.000,00	-----
INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE IPA	R\$ 40.000,00	
ASSISTÊNCIA FUNERAL	R\$ 10.000,00	

CLÁUSULA VIII- TAXA DO SEGURO

Taxa média com assistência: A taxa aplicada ao valor Garantido da Garantia Básica é R\$ xxxx por R\$ 1.000,00 de capital segurado.

CLÁUSULA IX – VALOR DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL

Parágrafo primeiro: O valor da contratação mensal estimada é de: R\$ xxxxx (xxxxxxxxx), presumindo-se 123 (cento e vinte e três) participantes, sendo pago o valor de R\$ xxx por segurado.

CLÁUSULA X – REAVALIAÇÃO DA APÓLICE

No final de cada período de vigência da apólice, serão apurados os seus resultados, e caso estes não sejam satisfatórios, as condições em vigor poderão ser renegociadas.

CLÁUSULA XI– BASE DE DADOS

Av. Empresário José Carlos Silva, Nº 4444, Distrito Industrial de Aracaju, Aracaju/SE, CEP 4900-640
 CNPJ 13.146.642/0001-45 www.codise.se.gov.br
 ☎ (0xx79)3218-1000



Na ocasião da implantação do seguro, se for constatada alteração dados que venha a provocar um desvio superior a 10% (dez por cento) no calculo atuarial de que resultou a taxa mensal apurada, esta será reajustada na devida proporção, após expressa autorização e o “de acordo” da CODISE.

CLÁUSULA XII– FATURAMENTO

O Estipulante apresentará mensalmente, ou sempre que houver movimentação de inclusão e exclusões, informando os respectivos dados, ou seja, nome do participante, data de nascimento e valor garantido para que sejam promovidos através da xxxxx os devidos acertos objetivando a atualização dos Participantes para a emissão das faturas.

Parágrafo único: O estipulante terá o prazo de até 20 dias antes do vencimento da fatura para enviar a movimentação, caso isso não ocorra, a fatura será emitida com o mesmo valor do mês anterior. Os possíveis acertos serão feitos na fatura seguinte.

CLÁUSULA XIII– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo único- Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, da Lei nº 10.520/2002, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE e do Edital do PE nº 06/2022, compete à CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se integralmente pela emissão da apólice de seguro, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital. Ademais, deverá, nos termos da legislação vigente, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a vigência do contrato;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, o fato da CODISE fiscalizar sua execução;
- c) A CONTRATADA ser a única responsável por todos os encargos de natureza fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista, decorrentes da execução do contrato, cabendo apresentar à CONTRATANTE, quando exigido, comprovantes dos pagamentos;



- d) Cumprir o objeto deste Termo de Referência, dentro da melhor técnica, bem como se adequar por sua conta e responsabilidade, às possíveis alterações de sistema ou mesmo quantitativos de empregados;
- e) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- f) Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam independentemente de solicitação;
- g) A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais;
- h) A CONTRATADA tem obrigação de corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da execução do contrato;
- i) Assumir a responsabilidade pela execução dos serviços de regulação e liquidação de sinistros;
- j) A CONTRATADA dever· designar um representante perante a CONTRATANTE para tomar ações com vistas aos pagamentos dos benefícios, prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- k) A CONTRATADA dever· remeter mensalmente à CONTRATANTE os comprovantes das indenizações pagas até 15 dias úteis, contados a partir do pagamento das mesmas, constando nome do titular, beneficiário(s) do seguro, tipo do benefício pago, data do pagamento, bem como dos sinistros avisados e não pagos;
- l) Enviar os comprovantes de pagamento da Assistência Funeral e da Cesta Básica ‡ CONTRATANTE no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do pagamento;
- m) A CONTRATADA dever· responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços, objeto da presente contratação, ficando claro que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços.

CLÁUSULA XIV – OBRIGAÇÕES DA CODISE – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE

Av. Empresário José Carlos Silva, Nº 4444, Distrito Industrial de Aracaju, Aracaju/SE, CEP 4900-640
CNPJ 13.146.642/0001-45 www.codise.se.gov.br
☎ (0xx79)3218-1000



A CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe ou órgãos participantes obriga-se a:

- a) Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para análise e aceitação do risco, bem como encaminhar mensalmente a Relação dos Segurados para emissão das faturas/boletos bancários;
- b) Manter a CONTRATADA sempre atualizada acerca dos segurados, seus dados cadastrais, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, acarretar-lhe responsabilidade;
- c) Fornecer ao Segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro;
- d) Discriminar o valor do prêmio do seguro no instrumento de cobrança;
- e) Pagar no banco credenciado o valor total dos prêmios, referente à fatura emitida pela CONTRATADA;
- f) Repassar aos Segurados as informações relativas à apólice;
- g) Comunicar de imediato à CONTRATADA, tão logo tome conhecimento, de ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro referente ao grupo que representa;
- h) Comunicar à CONTRATADA, no prazo de 02 (dois) dias úteis, quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- 14.9 Prestar informações e aos Segurados/Beneficiários dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação de sinistros;
- i) Comunicar de imediato a SUSEP quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado;
- j) Fornecer a SUSEP quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela especificado;
- k) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis em conformidade com a legislação em vigor;
- l) Rescindir o Contrato pelos motivos previstos na Lei nº 13.303/16.

CLÁUSULA XV – DO PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: O preço total para a contratação dos serviços objeto deste Contrato é de R\$ (.....), que será pago de acordo com o total de beneficiários,



multiplicado pelo preço *per capita* de R\$(.....reais).

Parágrafo segundo: O pagamento será realizado mensalmente pela CODISE à Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal e Fatura.

Parágrafo terceiro: O pagamento referente aos Beneficiários incluídos durante a vigência do Contrato a ser celebrado, dar-se-á no mês subsequente à sua inclusão, sem incidência de juros ou correção e apenas quanto ao número de dias a que o Beneficiário esteve coberto pelo plano.

Parágrafo quarto: O pagamento dar-se-á por meio de depósito em conta corrente da Contratada, após o atesto do Serviço Social da CODISE, através de Fiscal/Gestor do Contrato designado(s) para tanto, mediante a apresentação, pela Contratada, dos seguintes documentos:

a) Nota fiscal, que deverá ser preenchida com estas informações: natureza do serviço prestado, especificação dos serviços realizados, período de realização dos serviços, preço total, com a dedução dos impostos devidos, banco, nº da agência e conta corrente da Contratada;

b) Certificado de Regularidade de Contribuinte - CRC, para com o FGTS e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) RANFS (Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço) para fornecedor de serviço com sede fora de Aracaju/SE.

Parágrafo quinto: É indispensável mencionar o número do contrato em toda a documentação referente ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo sexto: O objeto deste edital será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, **que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.**

Parágrafo sétimo: O preço ofertado já leva em conta **todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto.**

Parágrafo oitavo: Após o período de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação do prazo inicialmente



pactuado, o preço poderá ser reajustado de acordo com a variação integral do IPCA ou qualquer outro índice oficial substitutivo.

Parágrafo nono: A Nota Fiscal em desacordo com o exigido não será paga até que a Contratada providencie sua correção ou substituição, não ocorrendo neste caso, qualquer alteração no valor a ser pago pelo CODISE.

Parágrafo décimo: Quando a contratada prestar informações bancárias incorretas que impossibilitem a realização do pagamento, a CODISE descontará do valor do mesmo as despesas que venha a ter em virtude do erro.

Parágrafo décimo primeiro: A CODISE não efetuará o pagamento de fatura ou duplicata que tenha sido colocada em cobrança ou descontada em banco, e não se responsabilizará pelo pagamento de parcelas contratuais operadas pela contratada junto à rede bancária.

Parágrafo décimo segundo: Se a empresa Contratada for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à fatura, declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa, situação em que não incidirá a retenção dos impostos.

Parágrafo décimo terceiro: Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CODISE.

Parágrafo décimo quarto: A CODISE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XVI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da CODISE para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do Contrato, cujo programa de trabalho e elemento de despesas específicos são:



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL/ PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO

CLÁUSULA XVII – DO INÍCIO DA GARANTIA INDIVIDUAL

Parágrafo Primeiro – cada garantia aqui apresentada terá início a 0(zero) hora do dia da vigência do contrato.

Parágrafo Segundo- Para os futuros funcionários e diretores da CODISE, o início da validade do seguro será o mesmo da contratação do funcionário e/ou diretor, desde que a XXXXX seja devidamente informada, dentro dos prazos convencionados.

CLÁUSULA XVIII – FAVORECIDOS

Parágrafo Primeiro- Na falta de indicação de favorecidos a receber indenização, o valor garantido será pago àqueles definidos no art. 792 do Código Civil.

Parágrafo Segundo- O participante poderá a qualquer tempo substituir os seus favorecidos mediante comunicação por escrito à XXXXXX.

CLÁUSULA XIX – CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO SEGURO

Parágrafo Primeiro – para a manutenção da apólice, será necessário que permaneçam segurados 80% do grupo segurável.

Parágrafo Segundo- São Documentos que devem ser obrigatoriamente apresentados;

- a)Relação atualizada de segurados com: nome, data de nascimento, CPF, RG;
- b)Relação dos componentes afastados informando: nome do componente, data de nascimento, data do seu afastamento, a



identificação da moléstia ou do acidente e se possível a previsão de retorno;

c)Cópia da Apólice vigente da última fatura, contendo o grupo segurado e o respectivo comprovante de quitação.

CLÁUSULA XX– DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro - O contrato poderá ser reajustado para manter o equilíbrio econômico financeiro de acordo com o art. 81, § 6º da Lei 13.303/2016 e art. 113, inciso VI do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta da contratada, utilizando com o índice o IPC-A, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

Parágrafo Segundo - Os reajustes a que a contratada fizer jus deverão ser solicitadas até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito, conforme Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário e IN SLTI/MPOG n.º 02/2008.

Parágrafo Terceiro- Nos casos em que houver possibilidade de prorrogação do contrato, a Administração poderá repactuar com o contratante, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas.

Parágrafo Quarto- A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

CLÁUSULA XXI – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações da Contratada:

I – Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato serão de responsabilidade da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA XXII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de serviços não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

III – impedimento de licitar e de contratar com a CODISE e o Estado de Sergipe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

Parágrafo Segundo – A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Terceiro – Quando a Contratada motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para a CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe;



Parágrafo Quarto – Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da notificação escrita, sem justificativa por escrito aceita por esta Companhia, decairá do direito de vencedora, sujeitando-se, ainda, à imposição das sanções elencadas nos incisos I a IV desta cláusula.

Parágrafo Quinto – A inexecução total ou parcial dos serviços objeto desta licitação poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 114 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODISE e art. 83 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA XXIII – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA XXIV – DO PRAZO

Parágrafo primeiro - O presente Contrato vigorará em XXX de XXX de XXXX e tem o prazo de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do art. 71 da Lei 13.303/16 e 106 do Regimento Interno de Licitações e Contratos da CODISE.

Parágrafo Segundo A Contratada será convocada para a assinatura do Contrato devendo fazê-lo em 05 (cinco) dias, sob pena de decair o seu direito à contratação, além de sujeitá-la as penalidades previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2022.

CLÁUSULA XXV – DOS CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR

Os casos fortuitos e de força maior, conforme disposto no Art. 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil, eximem as partes de responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.



CLÁUSULA XXVI – DAS DESPESAS DE CONTRATO

Todas as despesas para elaboração, validade e eficácia jurídica do Contrato, correrão por conta exclusiva da CODISE.

CLÁUSULA XXVII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo primeiro: O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos pelo DIREC/Serviço Social da CODISE, através da funcionária Selma Prado – e-mail selma.prado@codise.se.gov.br e tel:79- 3218-1098/1069.

Parágrafo Segundo: A fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

Parágrafo Terceiro: A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA XXVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

b) A Contratada deverá cumprir, além do estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho, as regulamentações e instruções estabelecidas por esta Companhia;

c) Os empregados da Contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a CODISE, e nenhuma subordinação aos gestores CODISE.

d) A Contratada se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



e) A Contratada obriga-se a executar os serviços, em estrita obediência às especificações descritas nas INSTRUÇÕES do Pregão Eletrônico nº 02/2021, independentemente de sua transcrição no bojo deste Contrato;

f) A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os Contratantes;

g) A inadimplência da Contratada com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, no que lhe couber, não transfere à CODISE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

CLÁUSULA XXIX – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) Por inadimplemento das Cláusulas contratuais;
- b) Por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso-prévio de 48 (quarenta e oito) horas, com prova de recebimento;
- c) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;
- d) Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigo 114 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODISE;

CLÁUSULA XXX– FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que o seja. E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só fim legal.

Aracaju/SE, xxxx de xxxx de 2022.



JOSÉ MATOS LIMA FILHO

Diretor Presidente – CODISE

GILDO DE SOUZA XAVIER NETO

Diretor Administrativo e Financeiro - CODISE

XXXXXXX

EMPRESA CONTRATADA